

O PROJETO NAVE: ANÁLISE DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA

Eduardo Azevedo – UNESA

Wania R. Coutinho Gonzalez – UERJ/FEBF e UNESA

INTRODUÇÃO

O objetivo do estudo é analisar a relação público-privada entre o Instituto Oi Futuro e a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro através do projeto do Núcleo Avançado em Educação (NAVE). Para uma abordagem mais aprofundada da temática em foco recorreremos às investigações de Abreu (2002), Arelaro (2008), Peliano (2001), Patrinos (2009), Peliano (2001), Puryear (2000) e Tobar (2001) dentre outros autores. As referidas publicações atestam que as parcerias entre o poder público e o setor privado para a oferta de serviços educacionais têm se disseminado no Brasil. Estas relações, pautadas na diversidade de perspectivas e concepções político-ideológicas, geram debates muitas vezes acalorados entre os que defendem um maior intercâmbio dos setores público e privado e entre aqueles que preconizam a separação. De um lado, defende-se a educação pública como esfera exclusiva dos entes federados. Por outro, argumenta-se a inviabilidade e incompetência do Estado em arcar com os altos custos para manutenção de sua estrutura e formação de cidadãos economicamente produtivos. Este trabalho busca contribuir para esse debate mediante a realização de uma pesquisa de campo, no Colégio Estadual José Leite Lopes, que integra o NAVE, contando com a participação da comunidade escolar.

Mesmo sem um consenso, o fato é que temos em nosso país uma quantidade significativa e crescente de empresas participando do processo educacional. Segundo Peliano (2001, p.33), este movimento, iniciado na década de 1990, surgiu pela mudança nas estratégias organizacionais da economia globalizada, que atraiu o investimento de empresas para promoção de sua imagem junto aos consumidores, através de ações sociais que contribuem não somente para uma visão positiva de seus produtos, como para um melhor relacionamento com as comunidades vizinhas e ganhos de produtividade de seus trabalhadores.

A relevância deste trabalho consiste na contribuição acerca da complexa relação público-privada a partir da análise do projeto do Núcleo Avançado em Educação (NAVE) o qual descreveremos a seguir.

O NÚCLEO AVANÇADO EM EDUCAÇÃO

O Núcleo Avançado em Educação (NAVE) é resultado de uma pesquisa do Instituto Oi Futuro acerca das relações possíveis entre educação, tecnologia e cultura contemporânea (OI FUTURO, 2012). Inspirado no modelo de instituições como o Instituto do Coração (INCOR), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Rede Sarah de Hospitais, entre outros, o NAVE é uma forma institucional para a criação de novas proposições sobre o Ensino Médio Integrado brasileiro (OI FUTURO, 2011). No Rio de Janeiro atualmente conta com 496 alunos vindos de várias localidades, algumas bem distantes como Jacarepaguá e Paquetá, e de comunidades como Cidade de Deus e Rocinha (CEJLL, 2009). Funciona em período integral e oferece ensino médio integrado com três cursos profissionalizantes, em parceria com instituições qualificadas: Curso Técnico em Roteiros para Mídias Digitais (coordenado pela empresa Planetapontocom), Curso Técnico em Geração Multimídia (coordenado pela PUC Rio) e Curso Técnico em Programação de Jogos Digitais (coordenado pelo Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife – C.E.S.A.R.).

Ao ingressar no colégio, o aluno que veio de um processo seletivo baseado nas provas de matemática e português é alocado em uma das quatro turmas de primeiro ano, cada uma no máximo com 44 alunos. Durante seu primeiro ano, o jovem cursa duas disciplinas de cada um dos técnicos buscando se identificar para que, no final do ano, possa fazer sua escolha do curso definitivo para seu segundo e terceiro ano do ensino médio (informação verbal)¹. As disciplinas do curso profissionalizante ocorrem em horários diversos e alternam-se com as disciplinas do ensino regular.

Entre outras menções, o projeto foi premiado pela Associação Brasileira de Telecomunicações na Categoria projeto social e conquistou o prêmio da ADVB- Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, no segmento educação. Em 2009, o projeto chamou a atenção da Microsoft que incluiu o NAVE Rio como uma das 30 escolas mais inovadoras do mundo e, em 2010, dentro do Programa Escolas Inovadoras da Microsoft, o elegeu como Escola Mentora (OI FUTURO, 2011). No Exame Nacional do Ensino Médio de 2010 o Colégio Estadual José Leite Lopes (CEJLL), que compõe o projeto NAVE, ficou em 2º lugar entre as 268 escolas do

¹ Informação relatada pela diretora do colégio durante visita a infraestrutura, no Rio de Janeiro, em 2012.

município do Rio de Janeiro ligadas à Secretaria de Estado de Educação/RJ (INEP, 2012).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto às técnicas de coleta de dados em campo, utilizamos observações, entrevistas, e pesquisa documental. Nas observações, consideramos determinados aspectos da realidade, à luz do nosso objeto de estudo, examinando fatos que puderam auxiliar na identificação de elementos que orientam seu comportamento dos indivíduos. As entrevistas com os representantes da comunidade escolar se deram na forma semiestruturada utilizando um roteiro que visou nortear o pesquisador e permitir a investigação de algumas questões pré-estabelecidas de acordo como objetivo da pesquisa. Na pesquisa documental buscamos informações contidas em documentos, relatórios, provas, reportagens, material de divulgação, websites, fotografias e trabalhos dos alunos, que puderam colaborar para verificar ou agregar novas informações.

A análise de dados documentais contou com contribuições diversas vindas de importantes relatórios da UNESCO (2009), realizados pela instituição como síntese de sondagem do Núcleo Avançado em Educação, passando pelo relatório anual Oi (2010), que abriga informações detalhadas da empresa e do Instituto Oi Futuro, como também pelo relatório do próprio Oi Futuro (2011), onde tivemos acesso a detalhamentos da proposta pedagógica e das ações desenvolvidas no NAVE. Contamos ainda com o site do referido Instituto, onde obtivemos informações adicionais sobre sua estrutura, ações em educação, e os projetos pedagógicos originais dos cursos de educação profissional.

Buscando dar maior credibilidade à pesquisa, o pesquisador, ao final do período de cada coleta, fez uma apresentação para os entrevistados, buscando verificar se suas interpretações e conclusões faziam sentido, pedindo que as avaliassem quanto à precisão e relevância.

AS FORMAS DE RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO

Apesar da quantidade e da diversidade de publicações e opiniões envolvidas, podemos destacar alguns estudos que buscam entender as relações público-privadas na educação. Puryear (2000) classificou as iniciativas em três tipos: ajuda simples, ajuda programática e mudança sistêmica. A iniciativa de ajuda simples é aquela que ganhou

aderência em geral das pequenas e médias empresas, quando estas se limitam apenas a colaborar diretamente com o que já está sendo feito buscando uma intervenção em nível micro. Na iniciativa de ajuda programática, a empresa passa a ter objetivos e cria uma série de medidas de qualidade que visam implementar e monitorar um programa completo capaz de impor mudanças no que já se faz na escola. No último caso, o da iniciativa de mudança sistêmica, o objetivo é provocar mudanças nos sistemas educacionais, seja no âmbito local, regional ou nacional. Neste caso, a ênfase está na gestão e nas políticas que o orientam o sistema. Segundo o autor, é a atividade menos comum, mas a que tem maior probabilidade de promover uma mudança profunda e duradoura.

Bomeny e Pronko (2002) criticam a classificação citada em virtude do seu caráter genérico e de ter a educação norte-americana como objeto, entretanto, consideramos que a mesma pode e nos ajudar a entender a situação brasileira no sentido de distinguir os diferentes tipos de ação social implicadas nesses movimentos do setor privado. As autoras apresentam uma tipologia na qual constataram ocorrer situações em três diferentes formas em nosso país: por parceria, por alternativa ou por estrutura própria. No caso da parceria com a rede pública, as empresas acreditam que podem prover um reforço pela oferta de recursos que a escola teria mais dificuldade em desenvolver. Por alternativa, entende-se pela criação de um espaço novo, alternativo, dentro ou fora da escola pública e que podem atuar de forma complementar ou desintegrada. E, finalmente, por estrutura própria, encontram-se as empresas como o Banco Bradesco, por exemplo, que optaram por criar uma estrutura própria para oferta gratuita de ensino.

Outra forma de atuação que se observa no texto “Bondade ou Interesse?” de Peliano (2001) tem relação com os limites de atuação de cada agente, podendo esta relação ocorrer de forma integrada ou desintegrada. Apesar de toda controvérsia envolvida nesta perspectiva de análise, constata-se que 70% das empresas entrevistadas já atuam em conjunto com entidades ou órgãos governamentais. No entanto, grande parte destas ações são executadas de forma desintegrada, onde os recursos de um não contribuem e não se relacionam com a do outro. Neste caso, o que existe são ações desconexas que desconhecem o que cada um faz ou planeja. Já o modelo integrado, visa entender e aprimorar a relação entre os investimentos privados e os investimentos do governo.

O relatório do Banco Mundial de Patrinos (2009) apresenta outra classificação acerca da relação entre o público e o privado nos seguintes níveis: inexistente, nascente, emergente, moderada, engajada e integrante. A forma dita inexistente é aquela em que a educação do país é provida 100% pelo governo. Na nascente, o governo permite a existência de escolas privadas que devem operar dentro de um determinado regulamento sem contar com recursos públicos. Neste caso, as escolas privadas passam a ter o direito de contratar seus próprios professores, prover o ensino e serviços relacionados, e construir sua infraestrutura escolar. No tipo moderado, o governo celebra contratos com a iniciativa privada para que este realize parte do ensino. O objetivo neste caso é garantir a educação para estudantes de baixa renda quando o sistema público não tem capacidade para fazê-lo. Em países com uma relação engajada, as organizações privadas assinam um acordo com o governo para gerir e operar escolas públicas em troca de benefícios fiscais ou pagamentos do governo. O objetivo é permitir que organizações privadas possam assumir as escolas públicas já existentes ou abrir novas escolas visando promover a inovação e aumentar a eficiência. Finalmente, na forma integral os fundos públicos vão para o setor privado, que é integralmente responsável pela educação. Neste caso, não existe escola pública. Todo o acesso gratuito é dado pelo governo por incentivo fiscal ou por emissões de Vouchers.

Quanto aos motivos e objetivos que levaram à configuração da parceria público-privada, o Instituto Desiderata criou, como resultado de sua pesquisa, cinco categorias que podem se entrecruzar para formalização das ações, sendo elas: questões de afinidade, questões de aprendizagem, questões das práticas escolares, questões institucionais e questões de ordem compensatória (LACERDA, et al., 2009). As questões de afinidade ocorrem quando a escola reconhece a seriedade do parceiro e de sua proposta. Neste caso, a proposta pode ter uma afinidade direta entre o interesse do parceiro e a necessidade da escola ou faz-se uma adequação da proposta à realidade da escola. As questões de aprendizagem estão relacionadas aos fatores que dificultam o processo de leitura e escrita, ao desempenho dos alunos, à ampliação das potencialidades dos alunos ou ao alto índice de evasão escolar. As questões das práticas escolares estão relacionadas à formação em direitos humanos, à transformação da realidade, à valorização da comunidade e da escola e ao vínculo com famílias. As questões institucionais possuem aspectos de influencia nas políticas públicas educacionais e do relacionamento entre os parceiros. As questões de ordem

compensatória visam minimizar em transporte ou impactos causados por obra no entorno da escola.

Quanto ao modelo de descentralização dos processos de decisões e definições de ações para a alocação de recursos, Abreu (2002) observou que a implementação se dá em duas modalidades, identificadas e denominadas de progressista e conservadora. No primeiro caso, a descentralização “assegura aos setores populares o papel de atores principais no processo decisório, garantindo, ao mesmo tempo, o pluralismo de concepções através da representação da ampla maioria dos setores sociais organizados.” (ABREU, 2002, p.21). No segundo caso, a descentralização se dá apenas para uma “minoridade dominante, restringindo a percepção da realização social a uma visão unilateral.” (ABREU, 2002, p.22). Cabe ressaltar, que nos dois casos não há obrigatoriamente uma relação hierárquica com o Estado, que pode conceder à sociedade civil todo o poder público, seja através da articulação com organizações não-lucrativas da sociedade civil (ONGs) ou de entidades privadas lucrativas. Nesta transferência corre-se, igualmente em ambas modalidades, o risco de se aumentar a desigualdade social pela convivência de serviços privados de qualidade com serviços públicos precários.

A descrição de Tobar (1991) é parecida com a de Abreu (2002) ao descrever a prática da descentralização como isolacionista ou cooperativa. Para o autor, a prática isolacionista é aquela em que grupos se apropriam do poder de decisão criando uma hierarquia burocrática, onde o descentralizado não tem acesso a funções próprias e decisórias. Na prática cooperativa ocorre o oposto, tendo o descentralizado competências e funções próprias e decisórias, e também possibilita participar do processo de elaboração, decisão e execução de programas.

Tobar (1991) descreve ainda os critérios que devem ser adotados para avaliar se um processo de descentralização está contribuindo para a construção de uma ordem democrática: participação popular e controle social. O autor entende que o primeiro critério serve para identificar quem e que forças sociais participam da tomada de decisão e se os setores populares estão adequadamente representados e constituídos por processo eleitoral. Quanto ao controle social, o critério determina que haja acesso às informações necessárias à gestão e tomada de decisões.

Seja qual for a forma de atuação em nosso país, Peliano (2001) releva que nossas “empresas não pretendem substituir o Estado no atendimento social, e sequer querem assumir a responsabilidade formal pela prestação dos serviços sociais básicos”

(PELIANO, 2001, p.97). Diante do exposto buscaremos verificar como essas categorizações no auxiliam a interpretar a relação pública e privada no Projeto NAVE, particularmente, na visão dos sujeitos da pesquisa: a diretora do Colégio Estadual José Leite Lopes e egressos da escola.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Nosso objetivo principal nesta parte do texto foi buscar nas falas dos participantes do projeto NAVE os elementos que nos permitam o analisar o projeto à luz das referências dos autores que buscam compreender as formas de relação público-privada. Assim, pretendemos contribuir para uma visão mais aprofundada da maneira como ocorre a ação do Instituto Oi Futuro em sua relação com uma escola da rede estadual.

Inicialmente buscamos entender os motivos que levaram o Instituto Oi Futuro a adentrar no modelo de parceria público-privada onde constatamos que, segundo o próprio Antônio Carlos Gomes da Costa, o Instituto optou por este modelo ao entender que as suas ações na educação seriam potencializadas pelo ingresso na rede estadual de ensino através de um modelo de escola apoiado sobre três pilares fundamentais: escola pública de ensino médio de excelência, centro de pesquisa e inovação em cultura digital, e um centro de disseminação de todo o conhecimento produzido pelo programa (informação verbal)². Nesta configuração, o centro de pesquisa cria e valida novas metodologias que, por fim, vão para o centro de disseminação que se encarrega de avaliar, sistematizar e tornar públicos os resultados das pesquisas, em especial para a rede do Estado (OI FUTURO, 2011a). No entanto, a diretora do Colégio Estadual José Leite Lopes, nos apresentou um maior detalhamento deste início.

Pelo o que sei, o projeto NAVE foi primeiro oferecido para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, porque é um projeto de escola técnica. Como não foi aceita, fizeram a mesma proposta para a Secretaria de Educação, que a utilizou no ensino médio integrado (DIRETORA DO CEJLL, 2012).

Ao analisarmos mais profundamente esta configuração de parceria, constatamos que o NAVE foi estruturado para pensar e desenvolver metodologias replicáveis a partir

² Relato do professor Antônio Carlos Gomes da Costa durante reunião proferida no Oi Futuro para uma série de empresários, no Rio de Janeiro, em 2011.

do ensino médio, que sejam capazes de responder às seguintes questões: como a escola pode falar a linguagem do seu tempo e se preparar para formar cidadãos e profissionais do futuro? (OI FUTURO, 2001). Para isso, criou o Centro de Disseminação, que segundo o próprio professor Antônio Carlos Gomes da Costa, como já citamos, busca prover uma relação de reforço e colaboração para as demais escolas da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro.

Apesar da proposta já parecer ambicioso, identificamos que o projeto NAVE almeja mais interferências na educação nacional . Observamos uma busca por mudanças sistêmicas na rede de ensino (PURYEAR, 2000), através da criação e implementação de um programa que proporcione mudanças permanentes nas escolas, como ocorreu no NAVE Recife, em dois outros NAVES encomendados para o Estado de Rondônia, a série de influências na criação do NATA³, ações diversas de aproximação e propagação das propostas do NAVE para escolas da rede estadual e até mesmo na própria estrutura da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. As mudanças sistêmicas percebidas pelo pesquisador vão desde a necessidade de adaptação do sistema de lançamento de notas da SEEDUC-RJ, para que esse passe a aceitar a inclusão de notas por parte dos professores contratados pela iniciativa privada, até a criação na própria SEEDUC-RJ de um cargo específico para a gestão das escolas com parceria público-privada. Além disso, o NAVE demandou da SEEDUC-RJ um processo seletivo para acesso de alunos ao NAVE e um outro processo seletivo para os professores (DIRETORA DO CEJLL, 2012). Finalmente demandou da SEEDUC-RJ uma remuneração diferenciada dos professores da rede estadual, uma vez que existe uma série de atribuições neste ambiente que não estão contempladas nas demais escolas da rede como pesquisa educacional e integração curricular (DIRETORA DO CEJLL, 2012). A fala da diretora do colégio mostra como o Instituto Oi Futuro fez sua aproximação com a escola.

Então a escola foi apresentada com uma proposta pedagógica e que nós aceitamos, construímos e fomos cada vez mais, assim..melhorando ela, mas apresentaram formatada já (...) Existe a proposta do percurso pedagógico, que é trabalhar com a educação interdimensional na escola. E...é a proposta vinda do Instituto Oi Futuro, na época do professor Antônio Carlos Gomes da Costa, que criou a escola (DIRETORA DO CEJLL, 2012).

³ Núcleo Avançado em Tecnologia de Alimentos.

Cabe ainda destacar que o sentido das mudanças sistêmicas se estende também para o Instituto Oi Futuro, como bem descreve a diretora do colégio.

O Oi futuro e os parceiros têm que se adaptar às demandas da escola como um todo. Existem resoluções da Secretaria de Educação, assim como as resoluções de avaliação e de recuperação paralela, que toda escola pública tem que seguir. (DIRETORA DO CEJLL, 2012).

Ao buscar a tipologia de Bomeny e Pronko (2002), podemos perceber que o projeto se enquadra como parceria, mas ao mesmo tempo, como alternativa ao criar um espaço educacional novo, dentro da rede de escolas públicas do Estado. Esta complementaridade revela através de Peliano (2001) que o Instituto atua de forma integrada buscando entender e aprimorar a relação entre os investimentos sociais privados e os investimentos sociais do governo.

Apesar de toda a aparente ambição, identificamos em Patrinos (2009) que o projeto NAVE é uma ação moderada, uma vez que o governo celebrou um contrato com a iniciativa privada para que este realize somente parte do ensino. O objetivo neste caso é garantir a educação para estudantes de baixa renda, quando o sistema público não tem capacidade para fazê-lo, seja por falta de recursos ou pela especificidade da ação. Uma outra possibilidade de classificação deste projeto seria o enquadramento como engajado. Neste caso, apesar do pesquisador constatar na fala da coordenadora do Instituto Oi Futuro que de fato existem elementos dentro do colégio que contaram com incentivos fiscais federais, assim como exposições de artistas de renome internacionais (informação verbal)⁴, não foram encontrados recursos para gerir e operar o colégio em troca de benefícios ou pagamentos ao governo. Ainda à luz de Patrinos (2006), o tipo de contrato do NAVE com o governo se dá por complementaridade ao abarcar os serviços educacionais e infraestrutura de um ensino específico de educação profissional não disponível no setor público e a quase totalidade da estrutura física, assim como o próprio prédio, manutenção, laboratório, segurança, entre muitos outros. Cabe ressaltar que o governo igualmente colabora com a infraestrutura, ao prover uma série de mobiliários, laboratórios, refeitórios, e outros. No entanto, como destaca a diretora do colégio,

⁴ Reunião do colegiado do Núcleo Avançado em Educação, no Rio de Janeiro, em 2012.

Impactos são positivos a partir do momento em que existem investimentos de uma empresa privada na educação. Há, então, um diferencial em questão de estrutura, em questão de oferecimento dos cursos, mas é diferencial nesta nossa escola. A Secretaria de Educação tem diversos tipos de parcerias, então, aqui o investimento é feito no total, o que em outras escolas não acontece (DIRETORA DO CEJLL, 2012).

Quanto aos motivos e objetivos que levaram à configuração da parceria público-privada, podemos perceber que se entrecruzam entre aprendizagem, prática escolar e institucional (LACERDA; GUERRA, 2009). Aprendizagem por ter em sua proposta a intenção de ampliação das potencialidades dos alunos e pelo fato do Instituto Oi Futuro reconhecer o alto índice de evasão escolar no ensino médio (informação verbal)⁵. As questões das práticas escolares estão relacionadas à formação em direitos humanos, transformação da realidade, valorização da comunidade e da escola e vínculo com famílias, parte esta fortemente destacada no projeto pedagógico do professor Antônio Carlos Gomes da Costa e sua educação interdimensional. As questões institucionais possuem aspectos de influência nas políticas públicas educacionais e do relacionamento entre os parceiros, já citadas nas diversas mudanças sistêmicas relatadas pelo pesquisador. A diretora do colégio complementa os motivos ao alegar que “os fatores que eles falam são os sociais. Fatores sociais! Investir no social é o que eles sempre falaram para mim.” (DIRETORA DO CEJLL, 2012).

Sob o olhar de Abreu (2002), em que buscamos observar se a implementação se dá de forma progressista ou conservadora, entendemos que ocorre um entrecruzamento que vai de progressista ao conservador sem, no entanto, poder ser enquadrado especificamente em nenhum deles. Esta afirmação está baseada na pouca participação dos pais de alunos que se dá de forma desorganizada, o que não possibilita um enquadramento como forma progressiva, pois não assegura aos setores populares o papel de atores principais no processo decisório. Mesmos os professores não participam efetivamente de forma organizada, fato este que poderia ser resolvido através da configuração de uma Associação de Pais e Mestres (APM), uma entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade, o que não ocorre no NAVE. Apesar destas constatações nos levarem a crer

⁵ Palestra da então diretora de educação do Oi Futuro para um grupo de empresários no auditório do Museu do Telephone, no Rio de Janeiro, em 2010.

que se trata de uma descentralização conservadora, onde uma minoria dominante restringe a percepção da realização social a uma visão unilateral, observamos um momento rotineiro de descentralização na constituição do que eles chamam de colegiado, mas que na verdade é uma reunião onde participam somente as instituições parceiras do projeto, Instituto Oi Futuro, direção do colégio e SEEDUC-RJ. Ficam de fora desta reunião os alunos, pais, mestres e a comunidade.

Um melhor enquadramento do projeto sob a ótica da descentralização pode ser obtida em Tobar (1991), quando entendemos que o NAVE atua mais fortemente na forma cooperativa onde o descentralizado tem competências e funções próprias e decisórias, e também possibilita participar do processo de elaboração, decisão e execução de programas. No entanto, novamente destacamos que o projeto carece da participação da Associação de Pais e Mestres em seus processos decisórios. Esta crítica à falta de forças sociais do projeto encontra seu suporte em Tobar (1991). Encontra ainda respaldo nas palavras de um dos ex-professores entrevistados ao ser questionado sobre o que acha dos professores não participarem do colegiado.

Acho complexa a questão. Poderia haver uma representação dos professores. Seria apenas dos professores do Estado? Incluiria os professores dos parceiros? A participação da Associação resultaria em um avanço na gestão da escola (EX-PROFESSOR A, 2012).

Cabe ainda destacar que a relação entre o governo e o Instituto Oi Futuro se dá de forma bem afinada, apesar dos limites de atuação de cada um não serem explícitos em todas as suas dimensões, como comprova a fala da diretora do colégio.

Existe um convênio. Ele está para ser renovado agora em outubro, mas é um contrato visando a parte administrativa e estrutural, não a parte pedagógica. Só se neste convênio agora tiver algo assim, mas na verdade o que tem mais ali são as obrigações do Estado e do Instituto nas divisões de responsabilidade (DIRETORA DO CEJLL, 2012).

Na relação do NAVE com o mundo do trabalho podemos enquadrá-lo na categoria de pré-emprego de Grubb e Ryan (1999), onde os indivíduos são preparados para a primeira entrada no mercado de trabalho. Esta inserção porém não traz nenhuma inovação para o projeto, uma vez que este modelo de programa é o mais encontrado na

formação profissional e educacional nas escolas. Apesar de podermos enquadrar o programa NAVE nesta categoria, igualmente podemos criticá-lo quanto aos esforços para a colocação dos alunos no mercado de trabalho. Esta crítica não só aparece claramente nos discursos dos egressos como pode ser evidenciada pela total falta de planejamento para que os alunos possam ingressar em seus estágios, ficando a mercê da própria sorte ao término do terceiro ano. Neste caso, a busca de uma formação de horário integral com uma grade de horário 100% alocada para o ensino entra em conflito com a necessidade de acesso ao mercado de trabalho tal como fica evidenciado na fala dos egressos a seguir.

O NAVE forma profissionais, mas não dá trabalho. Então seria muito interessante uma incubadora dentro da escola, se quisermos que nossos alunos vão para um mercado e atuem nas suas áreas de formação. É extremamente difícil uma empresa dar um trabalho para um aluno de ensino técnico de jogos, sem que o aluno tenha experiência anterior ou que esteja na faculdade. Falo isso por experiência própria (EGRESSO G, 2012).

No meu curso de programação, pelo menos, acho que deveria haver um canal de acesso maior entre os alunos e as diversas empresas de tecnologia que existem no Rio de Janeiro, como ocorre no SENAI por exemplo (EGRESSO J, 2012).

Sobre a questão do estágio, você faz um curso técnico e se forma sem sequer ter tido uma oportunidade no mercado, sem experiência, por mais que se faça o máximo para que o colégio tenha um ambiente parecido com o de uma empresa. Mas aqui entre nós, é totalmente diferente (EGRESSO M, 2012).

De fato, ao perguntarmos para os egressos o que estavam fazendo após o sexto mês de formado, cerca de 80% deles estavam trabalhando e estudando. No entanto, quando perguntamos se estavam trabalhando em área relacionada a sua formação, somente 20% dos egressos responderam que sim. Fica, portanto, evidenciada a necessidade de criação de iniciativas diversas para o ingresso do aluno no mercado de trabalho, dentre as quais podemos destacar a criação da central de estágio, elaboração de eventos voltados para o mercado de trabalho, maior participação em concursos, maior aproximação do projeto com as empresas, busca por certificações mais reconhecidas pelo mercado e ativação do Laboratório de Projetos Interativos Digitais que compõe o Centro de Pesquisa, e que em seus quatro anos permaneceu fechado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa identificou no Núcleo Avançado em Educação um projeto ambicioso que, apesar de algumas críticas, se propõe a responder a muitos dos desafios impostos por sua complexa proposta de ensino médio integrado em parceria público privada.

A pesquisa aponta como se dá a relação público-privada seguindo uma revisão de literatura que nos levou a categorizá-la sobre diferentes aspectos. Sobre o olhar de Puryear classificamos o NAVE como uma parceria de mudança sistêmica, que busca transformações permanentes da realidade. Com Bomeny e Pronko (2002) constatamos que esta relação se dá por parceria e alternativa ao prover um reforço em um espaço novo que permite a oferta de recursos que a escola teria mais dificuldade em desenvolver. Peliano (2001) nos auxiliou na identificação da forma de atuação ao verificarmos que o projeto NAVE busca entender e aprimorar a relação entre os investimentos privados e os investimentos do governo. Patrinos (2009) nos possibilitou um enquadramento do projeto como moderado ao identificarmos que existe um contrato entre o governo e a iniciativa privada para que este último realize somente parte do ensino. Quanto aos motivos e objetivos que levaram à configuração da parceria público-privada contamos, com a publicação do Instituto Desiderata, que o projeto possui intenções que visam ampliar as potencialidades dos alunos, sua formação em direitos humanos e a transformação da realidade pela influencia nas políticas públicas educacionais. Sob o olhar de Abreu (2002) identificamos uma descentralização das decisões ainda conservadora, mas com pontos que tendem ao progressista. Finalmente em Tobar (1991) enquadrámos o modelo de descentralização como cooperativo ao observarmos que o descentralizado possui competências e funções próprias, e que este também pode participar do processo de elaboração, decisão e execução do programa.

Concluimos, neste trabalho, que o projeto NAVE de parceria público-privada se constitui essencialmente como uma proposta que busca alternativas que possam provocar transformações na realidade através de um programa novo que se apresenta com intenções claras de gerar mudanças sistêmicas, mas que no entanto ainda carece de muitos avanços para efetivar toda a sua proposta.

Sobre estas mudanças sistêmicas, constatamos a necessidade de adoção das seguintes medidas: adaptação do sistema de lançamento de notas da SEEDUC-RJ,

criação pela própria Secretaria de cargo específico para a gestão das escolas integradas com parcerias público-privadas, processo seletivo para alunos e professores do NAVE, e forma de remuneração e atribuições dos professores diferentes das adotadas na rede estadual.

Apesar do reconhecimento dos alunos e professores sobre os benefícios adquiridos na sua vida pessoal e acadêmica pela participação no programa NAVE, foram sinalizados alguns entraves pelos alunos, entre eles a falta de espaços livres para a prática de esportes, necessidade de reforço nas matérias matemática e inglês, melhor preparação para os vestibulares e concursos, falta de experiência profissional ou estágios, e ampliação do currículo mínimo do Estado. Os problemas relatados pelos professores abordam pontos como a organização e definição de metas, formação nos cursos ofertados pelo Instituto Oi Futuro, má alimentação dos alunos, falta de espaços livres para a prática de esportes, reforço nos estudos, e oferta de inglês instrumental.

Além destas demandas, identificamos a necessidade de maior participação da comunidade escolar nas decisões, alteração do horário para possibilitar o estágio, ativação do Laboratório de Projetos Interativos Digitais, necessidade de maior participação da comunidade profissional nas atividades da escola, fomento e acesso a pesquisas e pesquisadores externos, implantação da residência pedagógica e o fortalecimento do Centro de Disseminação. Podemos destacar também a necessidade da criação do currículo médio integrado aos cursos técnicos oferecidos, maior aproximação dos professores do Estado com a concepção e desenvolvimento de atividades do ensino profissional, maior conhecimento de toda a equipe da proposta pedagógica do projeto, investimentos no protagonismo juvenil, determinação dos limites da gestão compartilhada com relação aos poderes decisórios, abertura do projeto para uma visão mais empreendedora e remuneração dos professores do Estado de acordo com as demandas do projeto.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza. **Organização da educação nacional na constituição e na LDB**. Ijuí: Unijuí, 2002.

ARELARO, Lisete. **A não transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas**. In: ADRIÃO, Theresa e PERONI, Vera. Público e privado na educação novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008. p. 51-66.

BOMENY, Helena; PRONKO, Marcela. **Empresários e educação no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2002.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LEITE LOPES – CEJLL. **Perfil dos Alunos 2009**. Rio de Janeiro: Mimeo 2009.

GRUBB, W. Norton, RYAN, Paul. **The roles of evaluation for vocational education and training: plain talk on the field of dreams**. Geneva: International Labour Office. 1999.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **Projeto Censo GIFE 2009-2010**. 2010. Disponível em: <[http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/22/Censo%20GIFE%20\(baixa\).pdf](http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/22/Censo%20GIFE%20(baixa).pdf)>. Acesso em: 30 março 2012.

LACERDA, Patrícia Monteiro, GUERRA, Tião. MARZOCCHI, Maura. CANEDO, Maria Luiza. RUSSO, Kelly. BERGAMASCHI, Mara. **Parcerias com escolas municipais do Rio de Janeiro 2009**. Rio de Janeiro: Instituto Desiderata, 2009.

OI FUTURO. **NAVE de Portas Abertas**. Disponível em: <http://www.oifuturo.org.br/uploads/releases/publicacao_nave_recife_2011.pdf>. Acesso em 02 maio 2011.

OI FUTURO. **Site Institucional**. Disponível em: www.oifuturo.org.br. Acesso em 10 setembro 2012.

OI. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2010**. Disponível em: <<http://relatorioanual2010.oi.com.br/dimensao-social/responsabilidade-social/>>. Acessado em: 14 outubro 2011.

OLIVEIRA, Cleiton de. **A municipalização de ensino brasileiro**. In: OLIVEIRA, Cleiton de. **Municipalização do Ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.11-60.

PATRINOS, Harry Anthony. **Public-Private Partnerships: Contracting Education in Latin America**. Washington: Word Bank, 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/547664-1099079934475/547667-1135281523948/PPP_contracting_edu_in_LAC.pdf>. Acesso em: 16 setembro 2012.

PATRINOS, Harry Anthony. **The role and impact of public-private partnerships in education**. Washington: Word Bank, 2009. Disponível em: <http://www.mpn.gov.rs/resursi/dokumenti/dok141-eng-WB_Role_Impact_PPP_Education.pdf>. Acesso em: 16 setembro 2012.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros. **A Iniciativa Privada e o Espírito Público**. São Paulo: IPEA, 2006.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros. **Bondade ou Interesse? Como e porque as empresas atuam na área social**. São Paulo: IPEA, 2001.

PURYEAR, Jeffrey. **El sector privado y la educación: La experiencia en países desarrollados de la OCDE**. In: NAVARRO, Juan Carlos. TAYLOR, Katherine. BERNASCONI, Andrés. TYLER, Lewis (Org.), Perspectivas sobre la reforma educativa: América Central en el contexto de políticas de educación en las Américas. Cambridge: La Agencia de Estados Unidos para el Desarrollo Internacional, Banco Interamericano de Desarrollo e Instituto de Harvard para el Desarrollo Internacional, 2000. p. 167-175.

SABIS. **Educational System Network**. Disponível em: <<http://www.sabis.net/>>. Acesso em 11 junho 2012.

TOBAR, Frederico. **O Conceito de Descentralização: Usos e Abusos**. Artigo publicado em Planejamento e Políticas Públicas No 5: 31-51, 1991. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/25228238/1954867300/name/O-conceito-de-Descentralizacao-usos-e-abusos.pdf>>. Acesso em: 12 junho 2012.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **Síntese de Sondagem**. E.E. José Leite Lopes. Rio de Janeiro, UNESCO, 2009.